

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# Jogando pela direita: os militares e a interpretação "liberal-conservadora" do Brasil

Ailton Laurentino Caris Fagundes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9979>

Submetido em: 2024-09-13

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **JOGANDO PELA DIREITA: OS MILITARES E A INTERPRETAÇÃO 'LIBERAL-CONSERVADORA' DO BRASIL**

Ailton Laurentino Caris Fagundes  
<https://orcid.org/0009-0006-2197-5570>  
aailton@usp.br

Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil; Ufcacat. Catalão, GO, Brasil.

**RESUMO:** A construção de um pensamento nacional de direita, que une elementos de conservadorismo, autoritarismo e um mal lapidado discurso de liberalismo econômico, ganhou impulso a partir da década de 1960, com a aproximação das ideias desenvolvidas ao longo de décadas dentro das Forças Armadas com algumas teorias defendidas pelos economistas que iriam comandar áreas estratégicas fundamentais nos governos pós 1964. Estruturada a partir da Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional, vai representar uma certa interpretação do Brasil e se consolidar como fundamento para a atuação das Forças Armadas, direcionando, inclusive sua atuação política. A partir de uma análise histórica, baseada em documento e análise bibliográfica, este trabalho busca compreender como o pensamento militar se organiza e se mantém dentro de determinados parâmetros ao longo do tempo, a ponto de influenciar setores da sociedade civil. Essa interpretação desenvolvida pelos militares chega ao comando do Estado e continua relevante para a compreensão da política brasileira ainda hoje.

**Palavras-chave:** Escola Superior de Guerra, Forças Armadas, conservadorismo, ideologias políticas, política brasileira.

## **PLAYING ON THE RIGHT: THE MILITARY AND 'LIBERAL-CONSERVATIVE' INTERPRETATION OF BRAZIL**

**ABSTRACT:** The construction of a right-wing national thought, which combines elements of conservatism, authoritarianism and a poorly polished discourse of economic liberalism, gained momentum from the 1960s onwards, with the rapprochement of ideas developed over decades within the Armed Forces with some theories defended by economists that would command fundamental strategic areas in governments after 1964. Structured from the Higher School of War, the National Security Doctrine, will represent a certain interpretation of Brazil and consolidate itself as a foundation for the actions of the Armed Forces, directing , including his political activities. Based on a historical analysis, based on documents and bibliographical analysis, this work seeks to understand how military thought is organized and maintained within certain parameters over time, to the point of influencing sectors of civil society. This interpretation developed by the military reaches the State command and remains relevant for understanding Brazilian politics even today.

**Keywords:** Higher School of War, Armed Forces, conservatism, political ideologies, Brazilian politics.

## INTRODUÇÃO

O Brasil nasce como um mistério a ser desvendado. Desde a sua independência e, sobretudo, a partir da Proclamação da República, diversos pensadores buscaram interpretar o país, isto é, compreender e explicar aspectos centrais da sua formação histórica, social, cultural e econômica. Do ponto de vista político, as grandes interpretações do Brasil partem de debates acerca de questões sobre a estrutura e organização da sociedade ou sobre o papel do Estado e das relações de poder dentro e fora de dele. Interpretar o país significa olhar o passado para buscar compreender a sua formação, especificidade, identidade e problemas fundamentais, e também olhar para o futuro para imaginar suas possibilidades e papel no cenário global para propor soluções, desse modo, muitas vezes essas ideias ganham força política para além do debate intelectual e se tornam partes de projetos de poder.

As tentativas de compreender que país é esse, nascem no período pós independência e, sobretudo, depois da Proclamação da República. Nesses momentos, havia a necessidade de enfrentar problemas relativos a formação do Estado-nação: unidade territorial, populacional e soberania. Nesse sentido, uma crença de que o Brasil possui um espírito próprio, uma identidade e um certo lugar no mundo das nações. Havia evidentes problemas de integração entre as regiões e classes sociais, uma economia dependente e internamente pouco integrada e um Estado incapaz de se impor à oligarquias regionais.

Nas primeiras décadas do século passado, importantes estudiosos formularam distintas interpretações acerca da formação, organização e destinos da nação brasileira. Nomes como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro, concorrendo com interpretações com diversas inclinações ideológicas de autores como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Azevedo Amaral, Guerreiro Ramos e Victor Nunes Leal, entre outros. Esses e outros autores se aproximam ou se distanciam formando certas linhas ou correntes de análise, dentre as quais podemos distinguir de pensadores da certa tradição autoritária ou antiliberal como Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, cujo centro de preocupações passam pela necessidade de organização de um Estado forte capaz de superar as fragilidades de uma sociedade ainda mal organizada e dispersa. Questões como estas, não passaram despercebidas pelos militares em suas tentativas de compreender ou reorganizar a sociedade e o Estado brasileiro.

Desde o século XIX, os militares não apenas desenvolveram uma interpretação particular sobre o Brasil como também buscaram colocá-la em prática em momentos da nossa história. Para

além disso, ainda conseguiram expandir essas ideias para fora das forças armadas e influenciar parcelas significativas da elite nacional de modo que esse pensamento se tornasse relevante também para entender parcelas significativas da direita brasileira. Ainda que conte com figuras importantes como Góes Monteiro e Golbery do Couto e Silva, o pensamento militar, enquanto intérprete do Brasil, é sobretudo resultado de um esforço coletivo que se efetiva a partir da Escola Superior de Guerra.

A primeira questão, e também a mais óbvia, diz respeito a existência de um pensamento militar razoavelmente coeso e que ao longo do tempo possa ser identificado como essencialmente militar, a segunda se refere à amplitude e direcionamento desse pensamento dentro das Forças Armadas, de modo ser capaz de criar uma certa hegemonia ideológica e servir como base de sustentação para a tomada de decisões. Este artigo busca responder, positivamente, a essas duas questões. Entender que existe uma linha de pensamento não significa afirmar que há uma unidade de pensamento comum a diversos atores sociais, mas a compreender de que é possível identificar um conjunto razoavelmente coeso de ideias que se sustentam ao longo do tempo, a despeito das divergências em seus percursos e movimentos.

As forças armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. (Rouquié: 1980:12).

Do ponto de vista intelectual, a referência fundamental para a discussão das condições, possibilidades e efeitos da constituição de uma vida ideológica densa e emancipada das referências europeias foram os debates acerca do papel do liberalismo no século XIX. (Ricupero, 2011). Nesse mesmo debate podemos buscar as origens do pensamento militar.

Não é o caso de negar que exista divergências dentro das forças armadas, a história política do país evidencia as divergências em momentos diversos, como na disputa entre *sorbonistas* e os linha-dura durante os governos militares pós-1964. Ocorre que é plausível entender essas divergências a partir de dois pontos importantes: o primeiro é o de que há uma linha dorsal que perpassa toda a estrutura e unindo os diferentes grupos: a interpretação autoritária; o segundo ponto é entender que é o grupo ligado à Escola Superior de Guerra quem de fato terá maiores ligações com grupos civis e, portanto, terá maior capacidade de influência (e, evidentemente, de ser influenciado).

Oliveiros Ferreira chama a atenção para o debate acerca da participação das Forças Armadas na política brasileira ser como ator principal ou como coadjuvante, ou seja, se elas têm uma capacidade

decisória autônoma ou se foi usada como instrumento de apoio a interesses de grupos civis. (FERREIRA; 2000:10). De certo, não há dúvidas que os militares, por sua posição estratégica essencial, foram procurados e instigados a aderir a projetos políticos diversos e, por vezes, se alinharam a interesses de grupos civis. Contudo, talvez seja mais adequado perceber que, ao menos desde o final do século XIX, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, tem se esmerado em buscar não apenas uma identidade própria como também uma interpretação dos problemas centrais do país, um projeto de nação e, ainda, o seu próprio papel diante da realidade nacional.

## UMA CERTA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

O marco fundamental da atuação dos militares enquanto atores políticos decisivos vai se dar com a Proclamação da República e o movimento que a antecedeu, em 1889. Não vamos nos deter nos detalhes do golpe que põe fim ao império, para tanto há uma densa bibliografia, mas é importante destacar que, nesse momento, a oposição militar ao governo de Dom Pedro II dava-se mais por questões pragmáticas que ideológicas. A fundação do Clube Militar, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no ano de 1887, é exemplo muito mais de um descontentamento com as condições de (trabalho) do que um projeto político sólido ou propositivo.

O descontentamento em relação ao governo imperial vinha desde a Independência e havia se acentuado após a Guerra do Paraguai. Como nos adverte Celso Castro (1995:8) a ideia de uma unidade dentro da chamada classe militar se baseia muito mais do resultado de ações do que em ideias ou projetos. Ainda segundo Castro, no golpe republicano havia militares, mas não ‘*os militares*’ enquanto unidade (1995:9). Segundo ele, mesmo entre aqueles que integraram as tropas golpistas havia uma maioria de praças e mesmo oficiais que não sabiam da intenção de derrubar a monarquia (1995:193). Ainda assim, havia uma ideia dispersa de que o Brasil precisava construir uma nação, um Estado, e isso não surgiria de forma espontânea.

Um passo decisivo para a formação de um pensamento político autônomo viria a acontecer, entretanto, apenas na primeira década do século XX, quando, entre 1906 e 1910, o Exército envia turmas de oficiais para receber treinamento militar na Alemanha. Para além de um treinamento teórico, a prática de um país que estava prestes a enfrentar uma guerra, traria o ensinamento acerca da formação de uma consciência nacional na qual caberia ao Exército cumprir os objetivos fixados pela nação. Esses militares, que seriam conhecidos como *joventes turcos* - em referência aos oficiais reformistas

e nacionalistas que lideraram o movimento político de centralização e modernização do Estado no Império Otomano, consolidam não apenas a crença de que as Forças Armadas possuem um papel político fundamental, mas também a visão de que elas possuem um caráter moralizador e modernizante, sendo a instituição mais preparada para realizar as transformações necessárias para isso. Diante da estrutura clientelista, ineficaz e corrupta do sistema político, os militares seriam uma espécie de reserva moral do país.

É com eles que se amplia a noção de defesa nacional, vista a partir de então não apenas como a guarda das fronteiras, mas uma defesa num sentido mais amplo, a defesa como mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. Ou seja, a questão da defesa da pátria deve passar necessariamente por questões políticas e econômicas. O marco fundamental para a difusão dessas ideias viria anos depois, com formação de um pensamento político-militar mais coeso e efetivo, a partir da criação da Escola Militar de Realengo, em 1911, onde parte desses *jovens turcos* passariam a atuar como professores. O tipo formação nas Escolas Militares que vinham desde os tempos do império, altamente influenciada pelo positivismo, se mostraram ineficientes<sup>1</sup>.

O movimento tenentista, formado por jovens oficiais do Exército, surge como resposta ao contexto de crise política da Primeira República, dominada pelas oligarquias agrárias. Inspirados por ideias nacionalistas e modernizadores, esses oficiais passaram não apenas a questionar a corrupção e o clientelismo, mas também a buscar legitimar o papel político das Forças Armadas. Segundo Nelson Werneck Sodré, o tenentismo pode ser compreendido em três etapas distintas; na primeira, os militares agem essencialmente dentro dos quartéis, voltando-se para eles próprios, no sentido de buscarem legitimidade; na segunda, os seus elementos ligam-se a oposições políticas locais e regionais, alcançando uma amplitude maior e vinculando-se a forças diversas das militares, quase sempre de natureza partidária, e; finalmente, numa terceira fase, em nível nacional, o vínculo será com a oposição federal, mirando a sucessão do presidente Washington Luís – o que levaria à Revolução de 1930. (Sodré; 2010:270).

O tenentismo ajudou a plantar as sementes de uma ideologia intervencionista e moralizadora entre os militares e, embora não tenha sido capaz de derrubar o regime oligárquico de imediato, teve uma influência foi decisiva na Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas ao poder. O movimento, todavia, não foi o único acontecimento a influenciar as transformações ocorridas no campo militar.

---

<sup>1</sup> TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro. São Paulo: Global, 1985. (p.24).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, o governo brasileiro procurou reorganizar as Forças Armadas, tornando-as mais profissionais e bem estruturadas. Nesse sentido, foi concretizado um acordo com a França para que uma Missão Militar daquele país viesse apoiar a introdução de novos métodos de organização, treinamento e disciplina, buscando aproximar as tropas das práticas militares mais avançadas.

Por duas décadas, a Missão cumpriria seu papel de modernização das Forças Armadas, contribuindo para transformação da estrutura de ensino militar, da disciplina hierárquica e das estratégias de combate. Pela própria trajetória, os militares franceses acabaram por reforçar as crenças intervencionistas de que as forças armadas teriam um papel político legítimo e que, em momento de crise, poderiam ou mesmo deveriam intervir e guiar os destinos da nação. Se o tenentismo fortaleceu a tendência renovadora e reformista, a Missão Francesa reforçou a crença de que o papel dos militares deve ir além da questão da defesa, eles teriam uma missão política a cumprir.

Em paralelo à ascensão do tenentismo e da Missão Francesa, é necessário destacar que o pensamento militar avançar a partir do conjunto de ideias e práticas articuladas pelo General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que teve profunda influência sobre os militares. Suas ideias consolidaram a crença de que o Exército deveria ser um ator político ativo, responsável não apenas pela unidade, segurança e ordem do país, mas também por moldar o Estado de acordo com os interesses de segurança e progresso. Essas ideias, que seriam conhecidas como Doutrina Góis Monteiro, seriam as raízes do pensamento acerca da segurança nacional que seria desenvolvida anos mais tarde como base do pensamento militar brasileiro. A importância de Góis Monteiro pode ser compreendida para além do seu papel como ideólogo, ele foi um dos mais importantes arquitetos do Golpe que levou Getúlio Vargas à presidência e do projeto de Estado forte e centralizado que seria instaurado a partir de então.

Até esse momento, entretanto, não é possível dizer que houvesse qualquer unidade doutrinária entre os militares. Como ocorre em qualquer grande instituição, também nas Forças Armadas havia uma grande variedade de pensamentos e visões ideológicas. Nessa direção, Alan Roquié<sup>2</sup> vai dizer que o Exército é uma espécie de espelho das tensões da sociedade, mas é uma espécie de espelho deformador, que reflete a sociedade através de um prisma próprio. Por várias décadas, lembra ele, os *rachas* internos, que coincidiam ou não com determinadas correntes do pensamento civil, assim a formação de tendências, foram em grande parte de natureza institucional, e os consensos acerca das

---

<sup>2</sup> ROUQUIÉ, Alain. “Os processos políticos nos partidos militares”. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. – Record, 1982. (p.19).

questões políticas tinham geralmente origem corporativa e se apresentavam de acordo com o código normativo da instituição. As relações de diferentes alas militares com os governos Vargas exemplificam essas divisões internas, assim como a diversidade de correntes de pensamento e seus vínculos com correntes do pensamento civil.

O Brasil da década de 1930 foi marcado por divisões ideológicas profundas e setores liberais, conservadores e socialistas buscavam se alinhar ou influenciar grupos dentro das Forças Armadas e o clima de instabilidade no governo vai atingir os quartéis. Embora tivesse se apoiado nos militares para chegar e se manter no poder, e a despeito de ter nomeado vários oficiais para cargos importantes, inicialmente Getúlio Vargas apostou no pragmatismo para se manter no cargo e isso causou descontentamento entre aqueles militares próximos ao tenentismo que acreditavam na necessidade de reformas sociais e reorganização do Estado mais profundas.

É com a instauração do Estado Novo, entretanto, que o apoio dos militares vai se fragmentar efetivamente. O Golpe de 1937 contou com o apoio de alguns militares ligados ao governo para forjar um plano<sup>3</sup> que objetivava a dissolução do Congresso, o cancelamento das eleições e a forte centralização do poder. O Estado Novo aproximava o governo Vargas dos regimes totalitários europeus – com quem mantinha relações ambíguas, e isso assustou e gerou descontentamento parcelas da população e das Forças Armadas. Oficiais com tendências mais liberais ou legalistas entendiam que essa centralização do poder seria uma ameaça inclusive à autonomia militar e ao equilíbrio institucional do país.

O autoritarismo e as ambiguidades na política externa seriam elementos importantes para entender não apenas o afastamento dos militares em relação a Vargas como também a crescente oposição, que o levaria primeiro à renúncia depois ao suicídio. Contudo, essas questões precisam ser entendidas também a partir das importantes mudanças dentro das Forças Armadas. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a participação ativa no conflito, trazem novas questões aos militares brasileiros. O engajamento com os Países Aliados na luta contra o nazifascismo impõe um questionamento sobre o modelo autoritário e populista do governo Vargas mas também acerca das fragilidades sociais e militares do país.

---

<sup>3</sup> O Plano Cohen foi um documento forjado por militares que apresentava uma suposta conspiração comunista para tomar o poder no Brasil e foi utilizado como justificativa pelo governo de Getúlio Vargas para instaurar o Estado Novo. O General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e outros militares usaram o Plano Cohen para criar um clima de medo e promover o golpe que consolidou Vargas no poder, suspendendo as liberdades democráticas. Posteriormente, descobriu-se que o documento havia sido produzido por membros do próprio Exército, em particular pelo capitão Olympio Mourão Filho.

Segundo o General Cordeiro de farias, foi a partir do impacto da atuação da Força Expedicionária na Itália que um grupo de militares começou procurar por modelos de governo que funcionassem com base na ordem, planejamento e finanças racionais<sup>4</sup>. Também o General Golbery do Couto e Silva vai ressaltar a importância da FEB, mas segundo este, ainda mais importante foi a visita de alguns membros da FEB aos Estados Unidos: *Foi uma abertura de horizontes. Eu fui e foi um grande impacto: para mim, ficou perfeitamente claro que um País em regime de livre empresa tinha sido bem-sucedido em criar uma grande potência industrial.* (Golbery apud Stepan,1975, p.176).

Dessas experiências, vem a convicção de que caberia aos militares a tarefa de direcionar as elites brasileiras de modo a habilitá-las para a condução do país no sentido do desenvolvimento. É com esse intuito que a Escola Superior de Guerra seria fundada em 1949. Inspirada e apoiada no recém-criado National War College dos Estados Unidos, a Escola vai se tornar não apenas o mais importante centro formação militar do país como também o ponto de encontro de militares interessados em discutir os rumos políticos do país e um centro de estudos políticos com grande influência não apenas entre militares. Apesar da influência e cooperação norte-americana, a ESG iria caminhar com suas próprias pernas. O General Cordeiro de Farias, responsável pela tarefa de desenvolver e organizar a instituição, logo perceberia que a missão e atuação das duas escolas não poderia ser a mesma, dado que os problemas a resolver seriam diferentes, no Brasil as questões fundamentais de segurança nacional diziam respeito sobretudo à segurança interna e à questão do subdesenvolvimento econômico.

Baseada nas questões de segurança e desenvolvimento, a Doutrina de Segurança Nacional não se diferenciava substancialmente das crenças correntes entre os militares antes da criação da Escola, mas é com ela que essas ideias ganham forma e conteúdo programático, de modo a se tornar efetivamente uma doutrina, com princípios claros e objetivos bem definidos. Ao sintetizar esta doutrina, Edmundo Coelho<sup>5</sup> destaca os seguintes postulados: a) Os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto e em benefício do conjunto; b) Uma comunidade em que o bem coletivo está acima dos interesses individuais e dos grupos possui uma vida moral mais elevada; c) O Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva e a lealdade para com o Estado deve ter precedência sobre as demais; d) A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional; e)

---

<sup>4</sup> FARIAS, Marechal Cordeiro de. *A Longa Marcha: visão*. [S.l.: s.n.], 1972. Apud. LIMA FILHO, Sebastião A. *A Escola Superior de Guerra (ESG) e o desenvolvimento do Brasil*. Revista da Escola Superior de Guerra, v.39, n.86, 2024.

<sup>5</sup> COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

As áreas de consenso devem superar por larga margem as do dissenso para que a sociedade nacional seja viável; f) A função da elite dirigente é educativa por excelência e a ela cabe definir os interesses da coletividade, já que faltam aos indivíduos as condições de identificá-los; g) O desenvolvimento econômico é um objetivo fundamental; h) A tarefa de promover o desenvolvimento econômico cabe à nação como um todo e requer disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias por parte dos grupos e indivíduos.

Esses postulados, que em diversos aspectos se aproximam das ideias autoritárias, e muito mais do pensamento conservador do que dos liberalismos político e econômico, irão paulatinamente se tornando hegemônicas dentro das Forças Armadas. ao longo dos governos militares, indo muito além do pensamento dos membros Escola Superior de Guerra ou da coalizão que assume o poder ao lado de Castello Branco. A Doutrina de Segurança Nacional, serviria, antes de tudo, como projeto ideológico unificador para as Forças Armadas. Nesse sentido podemos entender depurar as instituições e adequá-las aos seus propósitos. Não à toa, logo após do Golpe de Estado de 1964, é dentro das Forças Armadas onde se verá com maior ímpeto o processo de punições, perseguições, expurgos, aposentadorias compulsórias etc<sup>6</sup>.

É no intuito de pensar soluções para as mais diversas questões nacionais, que a Escola buscava estreitar suas relações com parcelas representativas das elites civis. Assim, desde os seus primeiros anos a Escola acreditava que o pensamento militar deveria ser difundido e aperfeiçoado, e é nesse sentido que buscou recrutar civis para os seus cursos, tanto como alunos quanto como professores. Ao longo dos anos, a elite militar buscou manter uma relação de proximidade e diálogo com especialistas de diversas áreas, como a jurídica, a econômica e a empresarial.

Uma das crenças sustentadas na ESG é a de que uma elite tecno-burocrática competente, e afinada com o Executivo, teria a possibilidade de reorganizar o Estado a partir de soluções científicas, supostamente neutras e racionais, capazes de colocar os interesses da nação como um todo acima das vontades particulares de indivíduos, partidos, classes etc. Essa crença seria partilhada com figuras importantes ligadas a instituições civis como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD<sup>7</sup>, onde, sob influência da Escola, também se debatiam os rumos do país. Embora houvesse nessas instituições uma perspectiva econômica

---

<sup>6</sup> Segundo Evaldo Vieira, só o governo Castello Branco aplicou 3.747 atos punitivos e foram demitidos aproximadamente 1.530 funcionários civis e 1.228 funcionários militares. VIEIRA, Evaldo. “Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização”. In: MOTA, Carlos G. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. – São Paulo: Senac, 2000. (p. 193).

<sup>7</sup> DREIFUSS, René. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

autodenominada como liberal, em maior ou menor grau, elas também defendiam o intervencionismo estatal e o caminho do planejamento econômico como estratégias de desenvolvimento.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), uma espécie de *think tank* da direita, era composto sobretudo por empresários e teve vários de seus integrantes nos cursos de formação da ESG. Alguns dos mais renomados professores da Escola, como Golbery do Couto e Silva<sup>8</sup>, se uniram a esses civis para propagandar seus ideais e projetos de nação, ao passo que economistas, juristas e empresários eram convidados a oferecer palestras e cursos para os militares. Dreifuss mostra que essa elite formada por empresário, técnicos e militares, que se agregava em torno do Ipes, teve um papel importante não só na articulação do golpe como também, posteriormente, na definição dos rumos do regime militar e na composição dos governos, fornecendo as diretrizes das reformas e ocupando postos de comando dentro da burocracia estatal.

Assim como a ESG, o Ipes contava com um núcleo de ideias destinado a elaborar diagnósticos sobre a situação do país e lançar prognósticos capazes de reestruturar e reorganizar a sociedade, a política e a economia, e, com isso, criar projetos nacionais capazes de serem transformados em *interesses de toda a sociedade*<sup>9</sup>. Se ali havia de fato um projeto de governo, como sugere Dreifuss, ou não, como afirmam os testemunhos militares, o fato é que as ideias desenvolvidas no Instituto iriam direta ou indiretamente estar presentes, ao lado das ‘doutrinas’ da Escola Superior de Guerra, na condução do novo regime e na formação de toda uma elite militar. Essa aproximação seria importante para sustentar o projeto de desenvolvimento que, ao lado da segurança, seria um dos pilares da Doutrina de Segurança nacional.

Embora houvesse nessas instituições, e nas elites de modo geral, uma perspectiva econômica autodenominada como liberal, em maior ou menor grau, elas defendiam um certo intervencionismo estatal e o caminho do planejamento econômico. Para Roberto Campos – que lecionou cursos na ESG e que seria o primeiro dos ministros da área econômica do regime militar, a necessidade de se planejar decorria da preocupação em reduzir a irracionalidade no campo da política que viria justamente das intenções populistas dos governos. O principal plano econômico do primeiro governo

---

<sup>8</sup> STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. (p.186).

<sup>9</sup> Além dos grupos de coordenação e administração, o Ipes possuía os Grupos de Estudo e Ação que eram divididos em cinco subgrupos: Levantamento de Conjuntura; Estudos e Doutrinas; Opinião Pública, Publicações Editoria e; Assessoria Parlamentar. Com essa estrutura buscava-se não apenas formular *estudos e doutrinas*, mas divulgá-las amplamente e influenciar a sociedade como um todo e, especialmente, a elite do poder político.

militar, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) buscava colocar em prática vários dos projetos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Doutrina do Ipes.

Para Roberto Campos o apoio dos trabalhos, e dos homens, do Ipes foi de fundamental importância para as reformas econômicas e políticas do novo governo e, segundo ele, devido à sua complexidade, o próprio PAEG só se tornou possível graças aos trabalhos progressos desenvolvidos ali<sup>10</sup>. O pensamento econômico elaborado no Instituto defendia um capitalismo industrial dinâmico no qual o Estado desempenharia um papel central, havia uma grande confiança na capacidade direcional do governo; sustentava-se o papel central do capital privado nacional para o desenvolvimento do país mas também se apostava na capacidade de planejamento de médio e longo prazo do governo.

As elites econômicas poderiam não ter um projeto nacional próprio, mas certamente sabiam o que queriam, o que não queriam e o que deveriam buscar nas estruturas do Estado, e pelo menos para isso o Ipes foi competente, aproximando esses interesses ao projeto militar. Se, como lembram Diniz e Boschi, não existia na burguesia brasileira uma efetiva elite de classe, capaz de organizar a sociedade em função de um projeto político próprio ou apontar funcionários para cargos de direção dentro do aparelho de Estado<sup>11</sup>, ao menos conseguiram força política suficiente para defender seus interesses.

Nos anos que se seguiram à criação da ESG o contexto político internacional ganha uma nova direção, nas sombras deixadas pela Segunda Guerra vai surgir a Guerra Fria e a questão do anticomunismo passa a ser ainda mais central no pensamento militar. Com ele, o projeto nacional de segurança e desenvolvimento passa a ter um inimigo mais concreto: a União Soviética e os grupos políticos que defendiam a ideias socialistas ou subversivas também dentro território nacional – uma ameaça quase onipresente. Essa onipresença vai ressurgir após o fim do regime militar, da Guerra Fria e da União Soviética. Com significativas transformações no discurso e nas práticas dentro da esquerda muda também o discurso das direitas e das Forças Armadas. O anticomunismo vai se manter a partir de uma certa leitura de Antônio Gramsci, na qual o perigo vermelho se torna difuso e a ameaça se dispersa através de embates no campo da cultura. Os militares permanecem razoavelmente afastados da luta pelo poder até as eleições presidências de 2018, quando, com um discurso moralista e anticorrupção, voltam ao palco principal do jogo através da figura do Capitão Jair Bolsonaro, que

---

<sup>10</sup> CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. (p.640).

<sup>11</sup> DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1978.

chega à presidência levando o General Hamilton Mourão, como seu vice, e diversos outros militares em postos importantes no governo.

### **Uma ideologia, uma doutrina**

A desconfiança em relação à sociedade brasileira não nasce no Exército nem é produto da República. Ainda na década de 1840, Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, já apontava para a necessidade de uma maior centralização política como ponto de partida para a unificação e desenvolvimento da nação. Segundo ele, havia uma grande disparidade entre a relativa civilização encontrada no litoral e a barbárie encontrada no sertão, onde a população é dispersa e onde a lei não penetra. Por conta disso, no seu entender, algumas províncias estavam mergulhadas no caos. Como resume Gabriela Nunes Ferreira, de um lado estavam os poderosos que, movidos por interesses particulares, reforçavam a desordem e o arbítrio, e, de outro, o grosso da população que carecia de instrução moral e de hábitos saudáveis de subordinação e de trabalho. (FERREIRA; 2009:22).

Esse tipo de diagnóstico, que coloca a necessidade de um Estado forte como solução para uma sociedade anárquica vai se tornar um importante fio condutor do ‘conservadorismo’ brasileiro. É preciso que haja uma elite dirigente capaz e livre de interesses corporativos para colocar a nação nos eixos. Como dito anteriormente, essa linha de interpretação sobre a estrutura política do país aparece em autores diversos, como Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, não é, portanto, exclusiva ou inerente ao pensamento militar. Suas raízes são anteriores à própria formulação de um pensamento militar nacional e vai se alinhar com a desconfiança dos militares, em relação à possibilidade das elites nacionais construírem e levarem adiante um projeto moderno de nação, pois, além da desconfiança em relação à sociedade civil e às elites locais, há também um descrédito em relação aos políticos – geralmente vistos como corruptos e incapazes.

Partindo da análise de René Dreyfuss<sup>12</sup>, Michel Debrun lembra que o pensamento da ESG não apenas se difunde através de todas as instituições de formação militar, como também é disseminado por amplos setores da sociedade através de cursos que ensinavam uma interpretação global da sociedade brasileira, da sua evolução e potencialidades, segundo ele, o que importa é a formulação e difusão, através da ESG, de certas ‘modalidades fundamentais do agir social e político’.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> DREIFUSS, René. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>13</sup> DEBRUN, Michel. Os dois níveis da ideologia militar. In. OLIVEIRA, Eliézer R. (coord). Militares: pensamento e ação. – Campinas: Papyrus, 1987. (pp. 191).

Não é atoa que o pensamento desenvolvido na ESG vai ser chamado de Doutrina. Ainda que as divergências possam eventualmente existir, o entendimento uniforme dos conceitos e ideias gerais deverão prevalecer e os pontos de vista divergentes deveriam ser resolvidos internamente<sup>14</sup>. Em documento editado pela ESG, e que serviria de base para a formação doutrinária dentro da Escola, o jurista Themístocles Cavalcanti<sup>15</sup> afirma que a política é estrutura dominante do poder nacional entendendo que ela engloba a organização, distribuição e funcionamento dos poderes, mas que também envolve o conteúdo ideológico do sistema político e a capacidade de subordinação do indivíduo ao poder e à autoridade. Contudo, o próprio Cavalcanti lembra que a estrutura política só pode sobreviver quando encontra uma base sólida e homogênea na estrutura social.

Como afirma Eliezer Rizzo de Oliveira, diante da frágil organização das classes dominantes, a Escola Superior de Guerra vai elaborar uma visão ideológica do processo brasileiro, preenchendo um espaço deixado por elites incapazes de apresentar um projeto nacional (Oliveira; 1987:60). Ao longo de décadas, a Doutrina da ESG sofreu poucas alterações e não foi modificada substancialmente<sup>16</sup>, buscando apenas se adequar a certas circunstâncias.

A ESG se refere ao termo Doutrina como um conjunto de ideias voltados para certas normas de conduta. O próprio Manual dos Fundamentos Doutrinários explica que é sistema de *dever ser* que incorpora um propósito normativo e pretende orientar as ações em sociedade; trata-se de um instrumento tanto para análise da realidade quanto para articular o esforço pela sua transformação.<sup>17</sup> A razão de ser da Escola é o estudo do Brasil e o seu papel é contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade através de debates acerca das opções político-estratégicas que possam servir de subsídios para a solução dos problemas nacionais<sup>18</sup>.

A ESG entende que a propaganda política, isto é, a divulgação sistemática de ideias, doutrinas e programas, é importante tanto como fator psicossocial quanto fator político do poder nacional e

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Eduardo Domingues Gal.; Cel. Ismael Motta Paes e Ten. Cel. Paulo E. Souto. Segurança nacional. In. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.21, julho de 1966. (pp.101-2)

<sup>15</sup> Cavalcanti tem diversas obras publicadas nas áreas de direito público e ciência política e foi uma figura influente dentro da ESG. Foi, ainda, deputado pela Guanabara, Consultor-Geral da república e ministro do STF, escolhido pelo então presidente Costa e Silva. A obra referida é o Caderno C-16-54: O Poder Nacional: seus tipos de estrutura.

<sup>16</sup> ARRUDA, Desemb. Antônio. Doutrina da ESG: principais alterações ocorridas nas últimas quatro décadas. Revista da Escola Superior de Guerra, ano V, n12, Rio de Janeiro, 1989.

<sup>17</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: A Escola, 1998. (p.19).

<sup>18</sup> ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: A Escola, 1998. (p.28).

serve às causas do interesse nacional na medida em que pode aprimorar a cultura política do povo.<sup>19</sup> Nesse sentido, a divulgação das ideias e doutrinas políticas não é apenas uma possibilidade ou circunstância, mas um elemento do poder nacional e, portanto, um ponto estratégico para os militares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa fácil classificar o pensamento militar brasileiro dentro das correntes do pensamento político. Menos difícil talvez seja dizer onde ele não se encaixa, mas isso também não nos diz muito. Em linhas gerais podemos dizer que, em diversos momentos ao longo do período republicano, as Forças Armadas abraçaram ideais autoritários e que o autoritarismo é, por definição, antiliberal. Ao mesmo tempo, tampouco se mostra confortável a busca de encaixar esse pensamento sob o rótulo de conservador – dado que em diversos momentos os militares atuaram politicamente exatamente para se colocar contra a ordem estabelecida, contra as regras, instituições e poderes estabelecidos. Também não são conservadores no sentido de se virem e agirem como forças modernizadoras da sociedade.

Parte do pensamento militar brasileiro pode ser atribuído à influência das ideias nacionalistas, muitas vezes importadas ou influenciadas por nações estrangeiras<sup>20</sup> e ressignificadas. Essas ideias, entretanto, partem de uma compreensão de nação que não vingou por aqui. Em sua origem europeia, a identidade nacional é tida como anterior à formação dos Estados nacionais que seria apenas a expressão política de uma certa unidade étnica, cultural e histórica. Assim, o nacionalismo necessita estar sempre voltado a um passado comum como fundamento ideológico. A falta de uma unidade étnica e cultural, quando não uma profunda desconfiança em relação à diversidade, é justamente uma das justificativas para o Estado autoritário.

Caso busquemos algum rigor conceitual, não é tão simples rotular o pensamento militar brasileiro como conservador. Dentro da ciência política, o termo conservadorismo é ambíguo e controverso, a ponto de ser questionável a existência do conservadorismo como ideologia política. Se pensarmos ideologias como sistemas de crenças, valores e propostas que explicam como a sociedade se organiza e como deveria funcionar e que esses sistemas frequentemente, incluem um programa de

---

<sup>19</sup> VIANNA, Fernando R. Gen. et. al. Estudos políticos do poder nacional. In. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.21, julho de 1966. (pp.146-7).

<sup>20</sup> Vale lembrar a influência do nacionalismo alemão sobre o tenentismo, a Missão Francesa e a influência estadunidense na formação da Escola Superior de Guerra.

ação para alcançar esses objetivos, então podemos pensar que o pensamento militar constitui uma ideologia. Importa, entretanto, questionar se esse pensamento pode ser enquadrado como conservador quando vinculado à sua prática, ou seja, enquanto luta política pela conservação de uma ordem estabelecida.

Nesse sentido parece questionável atribuir a um grupo que frequentemente buscou alterar a ordem e que por vezes se autointitulou como revolucionário um rótulo que, antes de mais nada, representa um desejo de continuidade e preservação. A história brasileira mostra que em diversos momentos os militares intervieram justamente para mudar os rumos dos acontecimentos políticos, como na Proclamação da República, na revolução de 1930 ou no golpe de 1964. Paradoxalmente, no conservadorismo brasileiro, o compromisso com a ordem não significa necessariamente uma defesa das instituições ou das regras, mas quase um sentimento moral de defesa de algumas tradições, muitas vezes calcadas em crenças de origem religiosa. Nesse sentido, o *conservadorismo* militar é muito mais um tradicionalismo moral que uma ideologia política.

O projeto militar é antes modernizador e autoritário, na medida em que busca alterações e rupturas em diversas esferas da ordem social. O reformismo, via Estado autoritário, teria como objetivo fundamental a reorganização da nação através das instituições políticas num processo vertical, a partir das elites instruídas. No campo econômico, os militares, assim como os chamados técnicos do regime militar, não percebem o liberalismo como um projeto de execução imediata, mas como uma certa utopia que só poderia ser aplicável em determinadas circunstâncias, circunstâncias essas ainda precisavam ser criadas. Daí a afinidade dos ditos *liberais* com o pensamento autoritário, que teoricamente seria o seu oposto. Há assim um abandono de certos ideais por um pensamento pragmático. Se de fato há uma característica importante do conservadorismo político nessa interpretação autoritária, é a recusa às formulações e princípios abstratos das ideologias políticas como o liberalismo e o socialismo. Essa construção, entretanto, não se deu pela defesa de qualquer tradição, dado que se buscava encontrar um caminho para que o país adotasse padrões de vida modernos, próximos aos dos países da Europa ocidental e Estados Unidos, sem levar em conta as peculiaridades da sociedade brasileira. Dessa forma, os militares desenvolveram um pensamento que em certa medida é também utópico, baseado num nacionalismo que pouco diz sobre as raízes da própria nação.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

COELHO, Edmundo C. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

DREIFUSS, René. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. – Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: A Escola, 1998.

FERREIRA, Oliveiros. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: Senac, 2000.

LOUREIRO, Maria R. (org.). 50 anos de política econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos. – Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Eliézer R. (coord). Militares: pensamento e ação. Campinas: Papyrus, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. – Record, 1982

SODRÉ, Nelson W. História militar do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOLA, Lourdes. Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo. – São Paulo: Edusp: FAPESP, 1998.

STEPAN, Alfred. Os militares da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

#### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

#### **FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

#### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER** Ailton Laurentino Caris Fagundes é mestre e doutor em Ciência Política pela USP

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.